

Ano 14 | Número 139 | Fevereiro de 2017

# Empresa

Brasil

**CACB**  
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES  
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL



## Minirreforma trabalhista abre caminho para a retomada da economia

*Ministro do Trabalho e do  
Emprego, Ronaldo Nogueira  
de Oliveira, em entrevista  
coletiva no Palácio do  
Planalto, anuncia medidas de  
flexibilização do trabalho*

**LEI DO SALÃO-PARCEIRO DO SIMPLES BENEFICIARÁ MAIS DE 450 MIL PROFISSIONAIS EM TODO O PAÍS**



## DIRETORIA DA CACB

TRIÊNIO 2016/2018

### PRESIDENTE

George Teixeira Pinheiro (AC)

### 1º VICE-PRESIDENTE

Jésus Mendes Costa (RJ)

### VICE-PRESIDENTES

Alencar Burti (SP)

Emílio César Ribeiro Parolini (MG)

Ernesto João Reck (SC)

Francisco de Assis Silva (DF)

Guido Bresolin (PR)

Itamar Manso Maciel Júnior (RN)

Jussara Pereira Barbosa (PE)

Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)

Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

### VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

### VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

### VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Rainer Zielasko (PR)

### DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

### DIRETOR FINANCEIRO

Jonas Alves de Souza (MT)

### CONSELHO FISCAL TITULAR

Amarildo Selva Lovato (ES)

Valdemar Pinheiro (AM)

Wladimir Alves Torres (SE)

### CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Domingos Sousa Silva Júnior (MA)

Ubiratan Silva Lopes (GO)

Pedro José (TO)

### CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Fernando Fagundes Milagres

### SUPERINTENDENTE DA CACB

Juliana Kämpf

### GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

César Augusto Silva

### COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

### COORDENADOR DA CBMAE

Eduardo Vieira

### COORDENADOR DO PROGREGES

Luiz Antônio Bortolin

### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

frões, berlato associadas

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Frões

SCS Quadra 3 Bloco A

Lote 126

Edifício CACB

61 3321-1311

70.313-916 Brasília - DF

Site: [www.cacb.org.br](http://www.cacb.org.br)

# Federações CACB

## Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Estado do Acre – FEDERACRE

Presidente: Adem Araújo da Silva

Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro

Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

## Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de

Alagoas – FEDERALAGOAS

Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros

Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá

Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

## Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nonato Altair Marques Pereira

Rua Eliéser Levy, 1122 Bairro Centro

Cidade: Macapá CEP: 68.900-083

## Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Amazonas – FACEA

Presidente: Valdemar Pinheiro

Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro

Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.020-210

## Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB

Presidente: Clóves Lopes Cedraz

Rua Conselheiro Dantas, 5, Edifício Pernambuco, 9º andar

Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

## Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães

Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro

Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

## Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e

Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF

Presidente: Francisco de Assis Silva

Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de

Indústria Bernardo Sayão

Cidade: Núcleo Bandeirante/DF CEP: 71735-167

## Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES

Presidente: Amarildo Selva Lovato

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713,

7º andar - Bairro: Enseada do Suã - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

## Goias – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG

Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01

Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

## Maranhão – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM

Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior

Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.

Bairro: São Francisco - São Luis

CEP: 65.076-360

## Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT

Presidente: Jonas Alves de Souza

Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio

2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

## Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS

Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior

Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados

Cidade: Campo Grande CEP: 79021-210

## Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS

Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini

Av. Afonso Pena, 726, 15º andar

Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-003

## Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA

Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa

Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203

Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

## Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB

Presidente: Alexandre José Beltrão Moura

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar

Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

## Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Paraná – FACIAP

Presidente: Guido Bresolin

Rua: Heitor Stockler de Franca, 356

Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

## Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP

Presidente: Jussara Pereira Barbosa

Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar

Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

## Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra

Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.

Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro

Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

## Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ

Presidente: Jésus Mendes Costa

Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.091-007

## Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN

Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior

Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira

Cidade: Natal CEP: 59.012-200

## Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL

Presidente: Simone Leite

Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar

Palácio do Comércio - Bairro: Centro

Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

## Rondônia – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER

Presidente: Cícero Alves de Noronha Filho

Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade

Cidade: Porto Velho CEP: 76.803-892

## Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR

Presidente: Joaquim Gonçalves Santiago Filho

Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar

Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

## Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC

Presidente: Ernesto João Reck

Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

## São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP

Presidente: Alencar Burti

Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro

Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

## Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE

Presidente: Wladimir Alves Torres

Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro

Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

## Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET

Presidente: Pedro José Ferreira

103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -

Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

- O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresário brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

# A velocidade do governo Temer

O presidente Michel Temer completou em janeiro oito meses na Presidência da República. Quem projetasse os avanços de seu governo em período tão curto, certamente, não poderia imaginar o que ocorre hoje, na realidade. Para começar, foram cortados mais de 4 mil cargos comissionados e reduzido o número de ministérios.

A gestão foi marcada pelo diálogo com o Congresso Nacional, onde foram aprovados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos, o novo marco regulatório do Pré-Sal, a meta fiscal para 2017 e a nova lei das Estatais, que determina regras mais rígidas para nomeações e licitações.

Na área econômica, a inflação desacelerou e ruma para o centro da meta, a taxa Selic vem se reduzindo a cada reunião do Copom, o que não ocorria desde 2012. Houve ainda a redução dos juros para financiamento de imóvel pela Caixa sem falar na recuperação da Petrobras, no aumento dos índices de confiança do setor privado e da expectativa de

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, o que é surpreendente, no mínimo. Nas áreas de educação e saúde, podemos citar a reestruturação do ensino médio, a criação do programa Criança Feliz e a continuidade do Mais Médicos.

Para fortalecer ainda mais o nosso otimismo na recuperação do Brasil, o governo Temer deve enviar logo no início da nova legislatura a reforma da Previdência Social, algo que está sendo postergado desde o final da década de 1990, quando a tentativa do governo de Fernando Henrique Cardoso não se consumou por apenas um único voto! Pois bem, foi preciso Temer assumir o governo para que essa reforma imprescindível para o futuro do Brasil chegasse ao Congresso Nacional.

Não obstante o escasso tempo que dispõe à frente do governo, o primeiro mandatário da Nação ainda deverá encaminhar ao Congresso uma minirreforma trabalhista – matéria de capa desta edição de Empresa Brasil – e aquilo que também pode ser o início de uma reforma tributária.



*George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*



Foto: Divulgação/Facisc



Foto: shock/fotolia.com



Foto: Cainco

**Coordenação Editorial:** Neusa Galli Fróes  
fróes, berlato associadas  
escritório de comunicação

**Edição:** Milton Wells - mwells@terra.com.br

**Projeto gráfico:** Vinícius Kraskin

**Diagramação:** Kraskin Comunicação

**Foto da capa:** Divulgação/Ministério do Trabalho

**Revisão:** Press Revisão

**Colaboradores:** Rosângela Garcia, Katiuscia Sotomayor,  
Joana Albuquerque, Tagli Padilha e Gabriela Brandalise

**Execução:** Editora Matita Perê Ltda.

**Comercialização:** Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

### 3 PALAVRA DO PRESIDENTE

O presidente Michel Temer completou em janeiro oito meses na Presidência da República. Quem projetasse os avanços de seu governo em período tão curto, certamente não poderia imaginar o que ocorre hoje, na realidade.

### 5 PELO BRASIL

Facisc alerta para golpes e fraudes no registro de marcas e patentes.

### 8 MATÉRIA DE CAPA

Até que ponto as propostas apresentadas na minirreforma trabalhista irão causar na realidade brasileira, em que o desemprego supera a marca de 12 milhões de pessoas?

### 12 MPES

Lei do Salão-Parceiro beneficiará mais de 450 mil profissionais do setor.

### 14 PARCERIA

ACIs de Santa Catarina agilizam o registro de empresas.

### 16 FEDERAÇÕES

Para o presidente eleito da Faciap, empresário Marco Tadeu Barbo, é preciso encarar a turbulência com serenidade.

### 18 CRÉDITO

CACB irá difundir os conceitos do cooperativismo.

### 20 CBMAE

Câmara inicia agenda de planejamento com ACEs.

### 22 EMPREENDER

AL-Invest 5.0 lança terceira chamada de projetos.

### 24 EMPREENDER

Unecs promove debates e parcerias para estimular comércio e serviços.

### 26 FINANÇAS

Governo oferece R\$ 8,2 bi em créditos para pequenas empresas.

### 28 NEGÓCIOS

A nova lei do Simples cria a figura do "investidor-anjo" para ajudar as startups.

### 30 LIVRO

*Liberais e antiliberais*, de Bolívar Lamounier.

### 31 ARTIGO

Wellington Rodgério escreve sobre a atuação das empresas na era do "talentismo".

# Pesquisa do Sebrae revela os principais negócios que devem avançar em 2017

### 1. Alimentos e bebidas:

Comércio de alimentos e bebidas, representação comercial, preparação de alimentos, comida preparada, restaurantes populares, lanchonetes, produtos de panificação, laticínios, doces, refeições.

**2. Vestuário:** Confecção, comércio de vestuário e acessórios do vestuário e bijuterias.

### 3. Serviços de saúde:

Consultório médico, serviços ambulatoriais, fisioterapia, nutrição, venda de planos de saúde, comércio de medicamentos e artigos de ótica.

**4. Produtos/serviços inovadores:** Produtos e serviços que permitam aumentar a eficiência produtiva e/ou redução de custos das demais empresas.

### 5. Serviços de Reparação:

Reparação e manutenção de veículos usados, manutenção de máquinas e equipamentos, comércio



Foto: icetastock/fotolia.com

*Setor de confecção e comércio de vestuário é um dos destaques*

de peças e acessórios para veículos usados.

### 6. Estética/beleza:

Cabeleireiros, comércio de cosméticos, comércio de produtos de perfumaria, higiene pessoal.

### 7. Serviços especializados:

Serviços advocatícios, de engenharia, de comunicação, de gestão empresarial, de apoio administrativo, de contabilidade, serviços domésticos, serviços com foco na terceira idade.

**8. Informática:** Serviços de manutenção e reparação de computadores e equipamentos de informática, produção de softwares e comunicação multimídia.

**9. Construção:** Comércio de material de construção, manutenção, reparação, pintura, pequenas reformas de imóveis, instalações elétricas, hidráulicas, obras de acabamento, artigos de serralheria, móveis de madeira, manutenção de sistemas de ventilação e refrigeração.

## Facisc alerta para golpes e fraudes no registro de marcas e patentes

A Facisc (Federação das Associações Empresariais de SC) alerta que fraudadores agem em todas as regiões de Santa Catarina, enviam boletos bancários e realizam cobranças referentes à contratação de uma firma ou ao fornecimento de algum tipo de serviço relacionado a marcas e patentes. Entretanto, esses documentos falsos possuem um texto duvidoso, de linguagem ameaçadora. Os boletos são emitidos por empresas fantasmas ou desconhecidas e também vêm desacompanhados de explicações coerentes sobre suas origens e finalidades.

Para Samuel Simões, do Programa de Proteção Intelectual da Facisc, agente da Propriedade Industrial e engenheiro especialista em Patentes, a recomendação é sempre procurar a empresa que cuida da gestão da propriedade intelectual para o empresário catarinense e, na sua falta, procurar seu advogado de confiança. “Outra forma de se prevenir contra qualquer golpe deste tipo é verificar quem são os agentes credenciados. Para isso, o INPI disponibiliza, em seu site, uma lista com todos os nomes”, explica.

### Entidade orienta empresas

Outra prática que a Facisc também alerta é em relação à desistência do registro. Empresas que têm um processo de registro de marca recebem um comunicado e um boleto dizendo que se não pagar o valor discriminado, será entendido pelo INPI como desistência do registro. Para Fernando Müller, advogado especialista no assunto, esses golpes acontecem porque muitas empresas pagam sem consultar profissionais próximos a eles e que atuam com propriedade intelectual. “As associações empresariais de todo o estado podem auxiliar nesta questão”, esclarece.

## Jaime Espósito é o novo presidente da Facep

O empresário Jaime Espósito é o novo presidente da Facep (Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco). Do ramo ótico, ele é sócio-diretor da Ótica Arcoverde, que foi fundada em 5 de abril de 1962.

Idealizada pelos irmãos Jaime Espósito, Dácio Espósito e, mais tarde, Gildo Espósito, a rede conta hoje com 14 lojas espalhadas pelo interior de Pernambuco, com matriz em Arcoverde e filiais em Caruaru, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão, Pesqueira, Gravatá, Bezerros, Escada, Surubim, Limoeiro e Salgueiro.

O grupo possui ainda seis lojas no estado, distribuídas entre as cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, João Alfredo e Bom Jardim.

Foto: Divulgação



Jaime Espósito, novo presidente da Facep

# Dados da Faciap mostram melhora no comércio do Paraná em 2016

Indicadores da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap) apontam que, apesar de crise, o ano de 2016 foi melhor para o comércio paranaense, em comparação a 2015.

Segundo o Indicador Faciap de Registro de Dívidas (IFRD), houve crescimento de 1,3% na quantidade de dívidas registradas no ano passado frente a 2015. Por outro lado, a regularização

de débitos aumentou.

O número de dívidas pagas foi 8,2% maior no varejo daquele estado. Além disso, a inadimplência desacelerou. De acordo com o Indicador Faciap de Inadimplência (IFIN), a inadimplência caiu 10,6% em 2016, em relação ao ano anterior. Já a intenção de compras subiu. O Indicador Faciap de Intenções de Compra a Crédito (IFIC) no varejo mostrou alta de 3,3%.

“O cenário menos negativo de 2016 é fruto da mudança de comportamentos: o consumidor está mais cauteloso e preocupado em pagar dívidas existentes”, analisa Edson Araújo Filho, diretor comercial da Faciap. “O comércio também está sendo mais criterioso ao conceder crédito. Esses fatores combinados contribuíram para que 2016 tivesse um desempenho melhor em relação à inadimplência.”

## Comitê Gestor do Empreender discute ações para 2017 na Acit

A novidade para este ano é a renovação da parceria com o Sicoob Meridional, que irá destinar R\$ 18 mil para os Núcleos Setoriais e Multissetoriais da Associação Comercial e Empresarial de Toledo (Acit). Seis grupos receberão a quantia de R\$ 3 mil cada, mediante apresentação de projeto e avaliação de um

comitê gestor, assim como no último ano.

Segundo o gerente da Acit, Marcel Sarturi, é necessário que os grupos distribuam estrategicamente os recursos. “Agora, vamos montar um cronograma, com normas de avaliações e prazos. O objetivo é que os valores façam a diferença nos Núcleos e na gestão de



Foto: Divulgação

*Reunião de trabalho do Comitê Gestor da Acit*

seus trabalhos, com o comprometimento e qualidade em suas ações”, explica.



*Ministro do Trabalho e do Emprego, Ronaldo Nogueira, em reunião com as centrais sindicais para avaliar sugestões das entidades ao projeto de reforma*

# Minirreforma trabalhista pode abrir caminho para retomada da economia

Em meio à discussão sobre a reforma da Previdência, governo federal enviou ao Congresso proposta de flexibilização nas relações de trabalho

**A**té que ponto as propostas apresentadas na minirreforma trabalhista, que deve ser enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional ainda em fevereiro, irão causar na realidade brasileira, em que o desemprego supera a marca de 12 milhões de pessoas?

A resposta a esta pergunta, pelo menos de forma parcial, ainda terá de esperar no mínimo até o próximo ano, quando, segundo os especialistas, o Brasil começará a virar o jogo da economia e avançar o PIB.

O certo, entretanto, é que o país pode iniciar uma



nova era no campo do trabalho, a partir do momento em que o presidente Michel Temer sancionar o projeto de lei que está de acordo com as medidas de flexibilização trabalhista, as quais vêm sendo implementadas nos países europeus.

Em uma tentativa de dar ênfase ao termo segurança, de garantia de que os interesses básicos dos trabalhadores serão preservados, no meio jurídico foi criado até mesmo o termo flexissegurança, que preconiza o sistema negocial, em substituição ao estatutário, em vigor no Brasil há muitas décadas. No sistema negocial, as leis são enxutas e as mudanças são feitas por vontade das partes.

“A livre negociação entre patrões e empregados vai estimular o entendimento”, projeta o economista José Pastore. “Embora isso não traga um efeito instantâneo em um médio prazo, no longo prazo vai trazer benefícios muito grandes para os dois lados, tanto para trabalhadores quanto para os empregadores. Dá mais proteção, dá mais possibilidade das pessoas se entenderem, se ajustarem naquilo que são

seus desejos. É o que se faz no resto do mundo”, afirmou o professor em entrevista ao *Estado de S. Paulo*.

## **PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO**

A prevalência do negociado entre patrões e empregados sobre a legislação trabalhista. Esse é um aspecto inovador, e polêmico, da proposta de minirreforma trabalhista anunciada pelo presidente da República, Michel Temer. Em vez de medida provisória, o governo resolveu encaminhar uma série de medidas que flexibilizam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por meio de projeto de lei, o qual será discutido e votado pela Câmara dos Deputados – em regime de urgência –, antes de chegar ao Senado.

A primazia dos acordos coletivos de trabalho sobre a CLT deverá alcançar 11 pontos relativos à jornada de trabalho e remuneração. Ficam fora dessa possibilidade questões ligadas à saúde, à segurança e à higiene do trabalho, além de direitos de terceiros, férias de 30 dias, FGTS, 13º salário, descanso semanal.



**“A livre negociação entre patrões e empregados vai estimular o entendimento”  
José Pastore**

Foto: Andreas Karelias/fotolia.com



**“A intenção, ao que tudo indica, é de que empregadores e sindicatos dos trabalhadores tenham mais liberdade para adequar as normas trabalhistas à realidade de cada ramo ou empresa”**  
**Maria Carolina Lima**

As divergências na avaliação de empresários e sindicalistas sobre a minirreforma trabalhista já começam nesse aspecto. Enquanto os primeiros aplaudem a flexibilização das regras trabalhistas, os segundos não a veem com bons olhos, principalmente no atual momento de crise, pois concorreria para fragilizar ainda mais a posição dos trabalhadores nessas negociações.

Na prática, o que se pretende, com as alterações propostas pelo governo federal, é ampliar o número de situações em que é conferida autonomia à negociação coletiva, argumenta Maria Carolina Lima, do escritório Andrade Maia Advogados. “A intenção, ao que tudo indica, é de que empregadores e sindicatos dos trabalhadores tenham mais liberdade para adequar as normas trabalhistas à realidade de cada ramo ou empresa”, acrescenta. “Os efeitos, portanto, não são a ausência de normatização, mas sim a prevalência da norma coletiva específica sobre os temas relacionados frente à lei.”

## SEGURANÇA JURÍDICA

“A proposta do governo traz sim maior segurança jurídica ensejadora do investimento, da ativação da atividade econômica e da criação de empregos. Regras mais claras acerca das possibilidades coletivas de regências são fundamentais nesse sentido. Tudo enseja menor número de reclamações trabalhistas, o que é um passo significativo em boa direção e que pode alavancar as relações de trabalho e sua prática no país de modo mais eficiente, sem prejuízo de outras que possam complementar”, diz André Azevedo Jobim, do escritório Faraco de Azevedo Advogados.

“O que faltou foi uma reforma sindical que traga a liberdade sindical ao país, em que não vivam os sindicatos dos recursos do imposto sindical e outros, mas que os trabalhadores possam ter como representação aqueles sindicatos que realmente se ativem na proteção à categoria e sejam escolhidos e não compulsoriamente postos pelo sistema”, complementa.

## MPES

Para Maria Carolina Lima, eventuais distorções das negociações coletivas poderão ocorrer, tal como já acontecem atualmente. Por essa razão, cada vez mais, o Poder Judiciário tem exigido uma efetiva representatividade dos trabalhadores para a validação dos instrumentos coletivos. “Faltou o governo estabelecer medidas que tenham maior impacto no combate ao desemprego. A alteração na hierarquia nas fontes de direito, ao que se vê da experiência dos países eu-

ropeus, não tem o condão de trazer maiores impactos nos índices de trabalho informal ou de empregabilidade”, avalia a advogada.

Outra das lacunas do projeto, acrescenta, foi mesmo a ausência de qualquer menção às MPES. “De fato, o governo não apresentou qualquer proposta envolvendo tratamento especial em relação às micro e pequenas empresas, o que pode ser considerado como um problema, na medida em que esses empregadores têm menor força para negociação coletiva.”

**“O que faltou foi uma reforma sindical que traga a liberdade sindical ao país, em que não vivam os sindicatos dos recursos do imposto sindical”**  
**André Azevedo Jobim**

## Projeto de terceirização segue na Câmara

Outra ‘perna’ da minireforma trabalhista, a regulamentação do trabalho terceirizado, que emprega quase 13 milhões de brasileiros, ainda depende de aprovação no Congresso Nacional. Um dos pontos polêmicos do projeto, o qual será votado na Câmara, é a liberação de terceirizados para executar atividades-fim da empresa.

Os empresários alegam que é difícil definir o que é atividade-fim e o que é atividade-meio, e que é impossível modernizar a atividade econômica sem facilitar a terceirização. Por outro lado, os sindicatos sustentam que a terceirização “torna precária as condições de trabalho”, porque abriria a possibilidade de contratação de funcionários terceirizados

para prestação de serviços sem a cobertura da CLT.

A falta de uma regulamentação causa insegurança jurídica no mercado de trabalho. Hoje, é comum ver casos em que uma empresa empurra para outra as obrigações trabalhistas dos seus contratados. Atualmente, há mais de 16 mil processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o tema.

# Lei do Salão-Parceiro beneficiará mais de 450 mil profissionais

A estimativa é do Sebrae, que vem acompanhando a evolução do segmento, o qual responde por 1,8% do PIB nacional

**M**ais de 450 mil profissionais de todo o Brasil serão beneficiados com a Lei do Salão-Parceiro e Profissional-Parceiro, sancionada pelo presidente Michel Temer, em outubro do ano passado. A estimativa é do Sebrae que, ao longo dos anos, vem acompanhando a evolução do setor, cuja representatividade é estimada em torno de 1,8% do PIB nacional.

A alteração legislativa regula a criação da figura jurídica do Profissional-Parceiro, o qual não terá vínculo empregatício nos moldes do artigo 3º da CLT e sim vínculo civil, nos moldes de um contrato de prestação de serviços a ser firmado com o tomador de serviços, denominado pela lei como Salão-Parceiro.

A legislação não extingue a figura dos empregados celetistas nos salões de beleza, mas prevê a possibilidade de contratação de profissionais autônomos para prestarem



Foto: Beauty Fair/Divulgação

*Representantes de associações, sindicatos e profissionais da beleza estiveram em Brasília acompanhando a movimentação em torno da votação do projeto que beneficiará profissionais e donos de salões*

seus serviços com a contrapartida de um pagamento pela utilização do espaço e material, fato muito comum neste segmento.

Antes da edição da lei, havia a obrigatoriedade de contratação do profissional por intermédio de contrato de trabalho. Entretanto, o que se via no mercado de trabalho era a realização de contratos de parceria ou de locação de espaço, no qual os profissionais exerciam suas funções nos

salões de beleza mediante o pagamento de um percentual sobre os serviços prestados.

A impossibilidade de contratação dos profissionais sem o vínculo celetista dava-se em decorrência da vedação de terceirização da atividade-fim. Uma vez que os profissionais atuavam diretamente com as atividades-fim dos salões de beleza, não seria possível sua contratação por meio do contrato de prestação de serviços.

Conforme o advogado João Gusmão de Souza Júnior, do escritório Morais, Donnangelo e Toshiyuki Advogados Associados, a Lei do Salão-Parceiro e Profissional-Parceiro deverá possibilitar uma maior liberdade na contratação, seja sob a ótica dos salões de beleza, os quais poderão entabular contratos de prestação de serviço, seja sob a ótica dos profissionais, que poderão prestar seus serviços com mais autonomia.

“Existem muitas vantagens com a Lei do Salão-Parceiro”, afirma, em nota à imprensa, a Associação Brasileira de Salões de Beleza (ABSB). “A principal delas é que, desde 27 de janeiro (data em que entrou em vigor a nova lei), será possível separar a cota-parte dos parceiros da cota-parte dos salões no cômputo da receita bruta,

mesmo que seja emitida uma única nota”, ressalta o documento. O texto explica ainda que esta é uma forma que permitirá uma carga tributária mais justa para os salões. E diz que a maioria deles paga atualmente seus impostos com base no faturamento dos parceiros.

Martha Lia Benz, dona de um salão de beleza em Santa Catarina, comemora a nova legislação. “Há muito tempo esperamos por essa iniciativa. É uma forma de organizar a relação de trabalho e ainda melhorar os ganhos dos nossos parceiros”, garante. “A obrigação de contrato por meio da CLT reduzia a arrecadação dos colaboradores e limitava a expansão do negócio. Agora, poderemos ter uma maior lucratividade tanto do salão quanto dos parceiros”, prevê.

**“Há muito tempo esperamos por essa iniciativa. É uma forma de organizar a relação de trabalho e ainda melhorar os ganhos dos nossos parceiros”  
Martha Lia Benz, dona de um salão de beleza em Santa Catarina**

Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil



*O presidente Michel Temer sanciona as leis referentes ao Supersimples e ao Salão-Parceiro*



*Dirigentes da Facisc e da Junta Comercial de SC avaliam interiorização do órgão*

# ACIs de Santa Catarina agilizam o registro de empresas

A Facisc e a Junta Comercial de SC mantêm uma parceria para simplificar a autenticação e o registro de documentos

**P**equenas iniciativas podem contribuir para desburocratizar os processos que envolvem o mundo empresarial. Uma delas vem do sul do Brasil, de Santa Catarina. Por lá, a Federação das Associações Comerciais e Industriais (Facisc) e a Junta Comercial do Estado mantêm uma parceria para simplificar a autenticação e o registro

de documentos. Para isso, as Associações Comerciais espalhadas pelo estado catarinense passaram a acolher escritórios regionais e postos de atendimento com a missão de reduzir custos e dar mais agilidade na abertura e no encerramento de empresas.

A parceria acontece desde a década de 1990, e somente em 2015, mais

de 130 mil livros foram autenticados e outros 212 mil processos registrados nas 65 Associações que prestam o serviço. Segundo a diretora-executiva da Associação Empresarial de Criciúma, Juliana Gomes, a procura pelo serviço é intensa. “No mês de novembro, foram feitos 892 registros e protocolados 549 livros”, revela.

Para 2017, a Associação trabalha na implantação do programa “Praça do Empreendedor”, para agilizar a emissão de licenças e alvarás. “Acreditamos que é preciso diferenciar as exigências para cada tipo de negócio e criar mecanismos que acelerem a abertura de empresas.”

O diretor-executivo da Facisc, Gilson Zimmermann, explica que, para viabilizar a parceria, a Federação e a Junta Comercial estabelecem um convênio que autoriza a prestação dos serviços por meio das Associações Comerciais. As prefeituras de cada cidade também precisam estabelecer convênio, mas direto com as ACIs.

Zimmermann esclarece que, enquanto os executivos municipais ficam responsáveis pelo quadro funcional necessário para a realização dos atendimentos, as Associações disponibilizam e identificam o espaço onde são oferecidos os serviços.

## **AValiação**

Em reunião com os diretores da Facisc, o presidente da Junta Comercial de SC, Julio Marcellino, avaliou que a parceria está funcionando bem,

principalmente nos municípios de médio e grande porte. Na ocasião, ele ressaltou a importância de se manter o alinhamento das ações para que os processos sejam aprimorados. “Queremos trazer mais benefícios e mudanças para todos”, enfatiza.

Até o fechamento desta edição da Revista Empresa Brasil, a Junta Comercial de SC não disponibilizou os números de procedimentos realizados pelas Associações Comerciais em 2016.

## **DIGITAL**

No Rio Grande do Sul, também avança a interiorização dos serviços da Junta Comercial do Estado. A parceria do órgão com o Sebrae/RS e a Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS (Federasul) permitiu que fossem implantados, até o momento, 80 pontos de atendimento e outros 22 estão previstos para este ano. Conforme o presidente da Junta Comercial, Paulo Roberto Kopschina, o grande passo é a implantação total do projeto “Junta Digital”. “Além de mais proximidade com o Interior, a tecnologia vai dar mais agilidade aos processos”, prevê ele.



*Zimmermann:  
“As prefeituras devem estabelecer convênios diretamente com as ACIs”*

# “É preciso encarar a turbulência com serenidade”

Mensagem do novo presidente da Faciap aos empresários é de que precisam acreditar no potencial do país e não esperar pelo poder público

O presidente eleito para o biênio 2016-2018 da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), empresário Marco Tadeu Barbosa, pretende fortalecer as coordenadorias e as associações, especialmente as pequenas. “A capilaridade é o maior patrimônio da entidade. Para manter isso, é preciso ter todo o grupo perto”, declarou.

Marco Tadeu Barbosa, advogado, 49 anos, oriundo do setor imobiliário, ex-presidente da Acim (Associação Comercial e Industrial de Maringá), foi eleito durante a Assembleia Geral Ordinária da Faciap, realizada em Foz do Iguaçu, em 2 de dezembro de 2016. A seguir, leia os trechos mais importantes de sua entrevista a Empresa Brasil:

### **Quais serão as principais ações de sua gestão à frente da entidade?**

O principal projeto é fortalecer cada vez mais as as-

sociações comerciais, principalmente as menores. Essas entidades têm força nas cidades em que estão, ainda que não tenham uma grande estrutura. É o único porto seguro do setor produtivo daquela região. Por isso, elas precisam ser fortalecidas, inclusive financeiramente. A grande força da Faciap hoje é a capilaridade. Assim, iremos fortalecer a ponte entre as entidades. Para isso, vamos envolver todos os agentes, como as coordenadorias, as associações, o Sebrae/PR, Oeste Desenvolvimento, entre outros. Quando você fortalece a associação comercial, você fortalece a cidade e, logo, o estado.

### **Como começou sua relação com o associativismo?**

Entrei para o associativismo há 25 anos, quando surgiu, em Maringá, o Conselho do Jovem Empresário. Por conta da minha atividade profissional, mu-

dei-me para Curitiba, onde morei por 12 anos. Quando voltei, em 2008, fui convidado a participar da Acim. Fui vice-presidente da pasta de mercado imobiliário e assumi a responsabilidade de levar as demandas do setor para a associação. Foi aí que criei o Consult Imobiliário, que oferece informações de protesto, ações judiciais, cheques devol-

*Marco Tadeu Barbosa: “O que se precisa fazer é correr atrás e trabalhar muito”*





vidos, restrições comerciais e a confirmação de dados cadastrais, sem que o empresário precise ir até cartórios, fóruns e órgãos de informação comercial. Ganhou a imobiliária, que não tem mais custos com a consulta, e a Acim, que rentabiliza com o produto.

### **O que o motiva a exercer cargos voluntários no sistema?**

Faço porque gosto, é prazeroso. Sou apaixonado pelo associativismo. Participar de projetos como os que eu ajudei a executar – envolvendo Conselho de Segurança, Observatório Social, por exemplo – e vê-los trazer resultados para a sociedade é o que me motiva. Faço com o maior amor do mundo. O associativismo é contagiante.

### **Quais são os principais desafios do empresariado paranaense?**

Os desafios não são só dos empresários paranaenses, mas dos brasileiros. O primeiro deles é passar por essa turbulência com serenidade. O momento que o Brasil está passando mostra que

precisamos, cada vez mais, ter competência. Devemos buscá-la pelo conhecimento, pela capacitação nas empresas, ir atrás de informação. Precisamos também buscar a excelência e o profissionalismo. A concorrência está fazendo isso. Vemos grandes grupos engolindo os pequenos empresários. Outro desafio, especialmente do comércio, é preparar os negócios levando em consideração o avanço tecnológico. O e-commerce é um caminho sem volta. O empresário, principalmente o pequeno, tem que criar estratégias de vendas on-line.

### **Tivemos um ano de 2016 bastante conturbado. Qual é a mensagem para os empresários?**

A mensagem é para que não desistam. Que acreditem que a transformação que queremos depende só de nós. Não podemos esperar pelo poder público, achando que ele, sozinho, irá resolver todos os problemas. Isso não irá acontecer. O associativismo, sim, é transformador. Precisamos acreditar cada vez mais no nosso país e não no governo. E fazer o nosso dever de casa, que é correr atrás e trabalhar muito.

**“O momento que o Brasil está passando mostra que precisamos, cada vez mais, ter competência. Devemos buscá-la pelo conhecimento, pela capacitação nas empresas, ir atrás de informação”**

# CACB irá difundir os conceitos do cooperativismo

A intenção é estimular as Associações Comerciais das principais cidades do Brasil a serem as molas propulsoras na criação das instituições

Já pensou em ser dono da própria cooperativa de crédito? A CACB, sim. E, para isso, a entidade definiu que, ao longo de 2017, irá difundir os conceitos do cooperativismo pelos quatro cantos do país. A intenção é estimular as Associações Comerciais das principais cidades do Brasil a serem as molas propulsoras na criação das instituições. A ideia, além de surgir em meio a uma das maiores recessões econômicas que dificultou o acesso ao crédito por parte dos micro e pequenos empresários, quer incentivar o empreendedorismo ao abrir a possibilidade de obtenção de recursos com taxas abaixo das praticadas pelos bancos tradicionais.

A iniciativa parece um tanto distante da realidade de muitos municípios. Mas a experiência de um grupo de empresários do Paraná, ligados à Associação Comercial de Toledo, comprova exatamente o oposto. Com a colaboração de

Foto: shock/fotolia.com



*Cooperativas movimentam apenas 2,5% do sistema financeiro nacional*

23 associados, eles criaram as primeiras quatro unidades singulares de uma Cooperativa de Crédito, a Sicoob. Depois de 16 anos de atividade, a instituição bateu os R\$ 3,7 bilhões em recursos administrados.

Os resultados positivos não param por aí. O diretor-presidente do Sicoob Unicoob, Marino Delgado, pontua que a presença da instituição aquece a competitividade que

resulta na queda de taxas por parte da concorrência. “Conseguimos oferecer determinados produtos com o custo de até 50% abaixo dos praticados”, revelou ele.

## NOVAS COOPERATIVAS

Aqui no Brasil, o trabalho desenvolvido pelas cooperativas de crédito representa apenas 2,5% da economia nacional. Para ampliar a atuação, o

vice-presidente de serviços da CACB, Rainer Zielasko, acredita que é preciso o envolvimento da classe produtiva para multiplicar nos estados o caminho traçado pelos paranaenses. “Hoje, nossa economia está centralizada em poucos bancos estatais e privados”, avalia ele, ao dizer que a segurança financeira oferecida pelas Cooperativas de Crédito, as quais também são reguladas pelo Banco Central, são as mesmas das demais instituições financeiras.

Zielasko se permite comparar: “Os bancos funcionam como drenos da economia ao retirar o lucro das localidades e levar embora. As cooperativas irrigam ao reinvestir os recur-

sos na própria comunidade”. No Sicoob Unicoob, parte da chamada “sobra” é reaplicada na própria instituição. Outra parte vai para o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e o restante é depositado na conta dos associados.

A economista Cristiane Mesquita defendeu em seu trabalho de conclusão de curso pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) que é necessária uma maior flexibilização dos regulamentos para possibilitar um significativo crescimento das Cooperativas de Crédito. “Mesmo que a representatividade ainda seja singela, o governo deve apostar nesse modelo econômico para aquecer o mercado”, defende.

## Cooperativas no mundo

Ela ainda diz que, ao confrontar a realidade das cooperativas brasileiras com a de outros países, é possível diagnosticar um caminho a seguir. Na Alemanha, as cooperativas de crédito possuem em torno de 15 milhões de associados e respondem por cerca de 20% de todo o movimento financeiro-bancário do país. Na Holanda, o banco cooperativo Rabobank atende a mais de 90% das demandas financeiras rurais. Nos EUA, há mais de 12 mil unidades de atendimento cooperativo. A experiência de sistemas cooperativos no Brasil teve início por Nova Petrópolis/RS, em 1902.

Foto: Divulgação/Sicoob



*Delgado: “Oferecemos determinados produtos com o custo de até 50% abaixo do mercado”*

Foto: Divulgação/Sicoob



*Zielasko: “As cooperativas irrigam ao reinvestir os recursos na própria comunidade”*

# CBMAE inicia agenda de planejamento com ACEs

Ideia é promover ações de formação e qualificação das Câmaras de Mediação e Arbitragem

A Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) da CACB iniciou em janeiro uma agenda de reuniões de planejamento com as Câmaras estaduais para promover ações de formação e qualificação. O coordenador da CBMAE, Eduardo Vieira, explica que “a ideia é que os agentes, ao receberem demandas (conflito) dos empresários, façam um filtro e encaminhem as questões para a Câmara de cada Associação. Outra opção será por meio do sistema de conciliação on-line que será lançado em breve”.

O projeto deve ter início ainda no primeiro semestre, com data a ser definida após o alinhamento do Sebrae de Alagoas e a Associação Comercial de Maceió com as 30 prefeituras que serão chamadas a participar do projeto em 2017.

Em 17 de janeiro, houve o encontro inaugural, na



Foto: Divulgação

A partir da esquerda, Aldemar Motta, Eduardo Vieira, da OAB, Renata Fonseca, da CACB, Tatiana Eigler, do Sebrae (AL), e Lavinia Guimarães Mata, da AC Maceió

Associação Comercial do Acre e, no dia seguinte, na Associação Comercial de Maceió/AL.

O projeto da Associação Comercial de Maceió prevê a capacitação de 30 agentes de desenvolvimento local em negociação e mediação, neste ano, e mais 30 em 2018. Os agentes são colaboradores das prefeituras indicados para fazerem a gestão da Sala do Empreendedor. Eles

recebem uma capacitação do Sebrae para compreender o universo do empreendedorismo e colaborar com o desenvolvimento econômico do município. Faz parte da efetivação da Lei Geral das MPes.

Os trabalhos começam em 18 de fevereiro em Rio Branco, onde será promovido, na Associação Comercial do Acre, o workshop Métodos Extrajudiciais de Soluções e Controvérsias (MESCs).

# Conheça a CBMAE

Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial



**R**apidez, eficiência e baixo custo na resolução de conflitos empresariais com um qualificado grupo de especialistas em mediação e arbitragem.

61 3321-1311  
cbmae@cacb.org.br



[www.cbmae.org.br](http://www.cbmae.org.br)

**CBMAE**  
CÂMARA BRASILEIRA DE MEDIAÇÃO  
E ARBITRAGEM EMPRESARIAL

**CACB**  
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES  
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

*: Daniel Velasco, gerente-geral, e Julio Silva, subgerente de projetos de desenvolvimento da Cainco, lançam terceira chamada*



# AL-Invest 5.0 lança terceira chamada de projetos

CACB é representante do Brasil no consórcio executor do programa, que visa à melhoria da produtividade das MPÉs e à redução da pobreza na América Latina, com investimentos da União Europeia

O AL-Invest 5.0, maior programa de cooperação internacional da União Europeia para o setor produtivo da América Latina, é executado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e outras seis entidades – a Câmara de Comércio de Lima (Peru), a Câmara Nacional de Comércio e Serviços do Uruguai, a

Associação Guatemalteca de Exportadores, a Câmara de Comércio da Costa Rica e a Câmara de Comércio e Indústria de El Salvador, lideradas pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (Cainco), da Bolívia – em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Estados Unidos), a Câmara de Comércio de Paris (França),

## **O objetivo é oferecer condições para que micro e pequenas empresas (MPEs) cresçam e promovam o desenvolvimento local, contribuindo para o trabalho digno e o respeito ao meio ambiente**

a Eurochambres (Bélgica) e a Sequa (Alemanha).

Segundo Carlos Rezende, coordenador executivo da CACB, o objetivo é oferecer condições para que micro e pequenas empresas (MPEs) cresçam e promovam o desenvolvimento local, contribuindo para o trabalho digno e o respeito ao meio ambiente: “Organizações ou grupos de empresários associados a uma entidade, como os que formam núcleos setoriais do programa Empreender, podem apresentar projetos de fortalecimento dos negócios e pleitear recursos internacionais para colocá-los em prática”.

### **CONVOCATÓRIAS**

No final de 2016, quinze instituições foram selecionadas na segunda convocatória para fundos concursáveis do programa, entre elas a Confederação Nacional da Indústria. Nessa etapa, devem ser investidos mais de 4,5 milhões de euros em projetos na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia,

Equador, Guatemala e Panamá, além do Brasil.

A terceira convocatória foi lançada na sequência, em janeiro de 2017, e irá contemplar, com um milhão de euros, organizações sem fins lucrativos que apresentem projetos para impulsionar a produtividade das MPEs em 18 países latino-americanos. Atualmente, mais de 100 entidades são beneficiadas pelo programa, que tem como meta fortalecer mais de 27 mil empresas até 2019 e investir 25 milhões de euros no total.

Costa Rica, Honduras, México e Panamá são os países prioritários desta fase, já que tiveram menos projetos selecionados nas chamadas anteriores. A intenção é executar projetos que enfoquem o associativismo, a melhoria da produtividade e o fortalecimento das organizações empresariais. Terão destaque iniciativas que busquem o empoderamento das mulheres e o intercâmbio entre a América Latina e a Europa.



# Unecs promove debates e parcerias

A União Nacional de Entidades do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (Unecs), formada pela CACB e por mais seis entidades, aposta no trabalho conjunto com Frente Parlamentar para sair da crise

Integrada pelas sete maiores entidades do segmento, a Unecs foi criada para fortalecer o setor e a economia do país. Os membros – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); Associação Brasileira de Supermercados (Abras); Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel); Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad); Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL); Associação Nacional de Materiais de Construção (Anamaco); e Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) – representam, juntos, 20% dos empregos formais no Brasil e um faturamento de R\$ 1 trilhão.

Tendo em vista o volume de negócios gerados pelos representantes da Unecs e seu papel no cenário político, a organização atua como parceira da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo. Em dois anos, a Frente tornou-se grande interlocutora e facilitadora de alianças para



o desenvolvimento nacional, com apoio dos empresários.

Relatório lançado neste mês de fevereiro detalha o trabalho conjunto desenvolvido em 2016 e destaca, entre as principais vitórias, a implementação, pelo governo federal, da pauta da Frente sobre meios de pagamento; o programa de regularização tributária e a priorização do trabalho intermitente.

## CONVERSA FRANCA

Em 2016, a Unecs participou, ainda, de debates sobre temas de relevância,



# para estimular comércio e serviços

Foto: José Filho/Abrasel



*Integrantes da Unecs em debate sobre meios de pagamento*

como o futuro dos meios de pagamento e o novo código comercial. O objetivo de participar dessas discussões é criar oportunidades de melhorias nos ambientes de negócios e desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Da CACB, estiveram presentes o presidente, George Pinheiro, e o coordenador executivo, Carlos Rezende, além de outros representantes da Unecs.

Para os empresários, é necessário discutir práticas que ofereçam mais benefícios a consumidores e estabeleci-

mentos: “É preciso baixar juros e garantir às empresas liberdade na negociação de seus créditos. A CACB, tendo em vista a sua representatividade, debate e estuda alternativas para melhorar a relação de consumidores e empresas”, explicou o presidente George.

A Unecs questiona, ainda, a verticalização do sistema bancário e critica a proposta de um novo código comercial, que traz conceitos abstratos, insegurança jurídica e conflitos com as leis vigentes, complicando as relações.

**Para os empresários, é necessário discutir práticas que ofereçam mais benefícios a consumidores e estabelecimentos**

Foto: Agência Brasil



# Governo oferece R\$ 8,2 bi em créditos para pequenas empresas

Convênio conta com R\$ 1,2 bilhão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e R\$ 7 bilhões do BNDES

**E**m mais um esforço para reduzir a inadimplência das empresas de menor porte e estimular a geração de empregos, o presidente da República, Michel Temer, anunciou em janeiro a oferta de um crédito de R\$ 8,2 bilhões nos próximos dois anos, durante o lançamento do programa *Empreender Mais Simples: Menos Burocracia, Mais Crédito* do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Além do financiamento, os tomadores contarão com orientação e acompanhamento de técnicos do Sebrae, antes e depois da assinatura

dos contratos. Como contrapartida, as empresas deverão manter emprego e renda por até um ano após a operação e, se contarem com mais de 10 empregados, deverão contratar um jovem aprendiz.

Já o Sebrae irá desembolsar R\$ 200 milhões para simplificar dez sistemas informatizados utilizados pelas micro e pequenas empresas. Por exemplo, será unificado o registro e licenciamento de firmas pela chamada Rede Simples, a qual irá integrar sistemas municipais, estaduais e federais até o fim de 2017.

“Para dar muitos passos, é preciso dar um primeiro pas-



*Temer: “Para dar muitos passos, é preciso dar um primeiro passo. E o primeiro passo é um largo passo”*

**“Trata-se de uma iniciativa bem-vinda, saudável e importante para as micro e pequenas empresas, que têm condições de criar novos postos de trabalho.”**  
**George Pinheiro,**  
**presidente da CACB**

so. E o primeiro passo hoje é um largo passo”, disse Michel Temer, na cerimônia em que anunciou as linhas de crédito.

Para o presidente da CACB, George Pinheiro, os recursos poderão ajudar os empreendedores a retomarem seus projetos com potencial para movimentar a economia. “Trata-se de uma iniciativa bem-vinda, saudável e importante para as micro e pequenas empresas, que têm condições de criar novos postos de trabalho”, avaliou.

Dos R\$ 8,2 bilhões de crédito, em torno de R\$ 7 bilhões sairão do BNDES, em uma modalidade em que as pequenas e microempresas poderão ter um prazo de pagamento de até 60 meses, carência de até 12 meses e encargos totais a partir de 1,63% ao mês. O R\$ 1,2 bilhão restante sairá de uma linha de empréstimo do Banco do Brasil, que conta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Por meio dessa última modalidade de empréstimo, o interessado poderá realizar o financiamento com contratação simplificada, prazo de até 48 meses para o pagamento, isenção do Imposto sobre Operações Financeiras

(IOF) e taxas de juros a partir de 1,56% ao mês. A carência será de até 12 meses para a quitação da primeira parcela do valor principal. Em contrapartida, o empreendedor deve garantir os empregos gerados e a renda até um ano depois da contratação do crédito. Se o negócio contar com mais de dez empregados, o dono terá de contratar um jovem aprendiz em até seis meses após o empréstimo.

Segundo dados com abrangência nacional da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), os pedidos de falência registraram alta de 11,7% no acumulado de janeiro a novembro de 2016, em relação ao mesmo período de 2015. Em novembro, o número de pedidos de falências recuou 5,1% na comparação interanual e aumentou 2,7% em relação ao mês anterior.

A recuperação judicial é o mecanismo pelo qual as empresas em dificuldade financeira tentam reestruturar sua dívida com credores. A lei de 2005 acabou com o instrumento da “concordata” no Brasil e permite que a empresa endividada apresente a sua própria proposta para os credores.

# Carteira de investimento-anjo deve triplicar nos próximos anos

Startups brasileiras ganham novas perspectivas de desenvolvimento com a nova lei do Simples

**U**ma forte alavancagem no setor de startups no Brasil é o cenário que começa a se desenhar com a entrada em vigor da Lei Complementar que muda regras do regime especial de tributação do Simples Nacional e prevê proteção para o investidor-anjo.

Pelo menos essa é a previsão de Cassio Spina, fundador e presidente da Anjos do Brasil, uma organização voltada para o fomento ao investimento-anjo e apoio ao empreendedorismo de inovação brasileiro. “Esta lei resolve um dos principais entraves para o crescimento do investimento-anjo em startups, provendo segurança jurídica para investidores e o incentivo ao aumento do volume de capital disponível para o setor”, afirmou.



*Investidores-anjos no Brasil são majoritariamente homens*

Conforme o advogado Luciano Velasque Rocha, a necessidade de dar segurança ao investidor-anjo ocupou a atenção do legislador, devido ao risco econômico dessa

modalidade de investimento. Por isso, a lei se preocupou em afastar a possibilidade de o investidor-anjo ser considerado sócio da startup e responder eventualmente

por dívidas da empresa e outras obrigações.

## MODELO NORTE-AMERICANO

De outra parte, ao afastar do investidor-anjo a possibilidade de se vincular à empresa como sócio ou de ter voto na administração da startup, o legislador se afastou do modelo norte-americano, no qual a perspectiva de participação societária é um grande atrativo desse modelo de negócios, acrescenta Rocha. “Um exemplo disso é o caso do investidor norte-americano Peter Thiel, que investiu US\$ 500 mil no Facebook poucos meses após a incorporação da companhia em troca de 10,2% de participação, hoje centenas de vezes mais valiosa que o investimento inicial.”

## MAIORIA É DE EMPRESÁRIOS

Segundo pesquisa da Dinheirama, empresa de educação financeira, os investidores-anjos brasileiros são majoritariamente homens (98%), empresários e empreendedores (50%), com idade média de 44,3 anos.

Além de empresários e empreendedores, os inves-

tidores-anjos são executivos (29%), profissionais dedicados a investimentos (13%) e profissionais liberais (6%). Em média, eles dedicam 25% de seu tempo à atividade.

Entre os segmentos de interesse, estão TI (75%), aplicativos para smartphones (56%), saúde e biotecnologia (44%), e-commerce (42%), educação (38%), entretenimento (35%) e outros setores (13%).

De acordo com pesquisa realizada pela entidade, os investidores-anjos ainda estão em fase de desenvolvimento, já que possuem um número pequeno de investimentos efetivados.

No entanto, eles têm apetite para quase triplicar sua carteira atual. Devem passar da média de 2,5 investidas para 6,6, demonstrando o potencial de crescimento. A média de investimento nos próximos anos deve situar-se em torno de R\$ 416 mil.

As startups movimentam cerca de R\$ 2 bilhões ao ano, o que representa ainda 0,03% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A meta da Associação Brasileira de Startups (ABStartups) é que esse número alcance 5% do PIB em 2035.



**“Esta lei resolve um dos principais entraves para o crescimento do investimento-anjo em startups, provendo segurança jurídica para investidores e o incentivo ao aumento do volume de capital disponível para o setor”  
Cássio Spina**

# Liberais e antiliberais

**E**m *Liberais e antiliberais – A luta ideológica do nosso tempo*, o sociólogo brasileiro Bolívar Lamounier reflete sobre a democracia liberal, o marxismo e o fascismo. E critica a tendência entre os historiadores que insistem em encaixar os acontecimentos na dicotomia direita x esquerda, como se o liberalismo pertencesse a um desses polos, o que, segundo o autor, não é verdade.

O liberalismo político, conforme Lamounier, é a filosofia subjacente à democracia representativa, que, por toda parte, se contrapõe a ditaduras de esquerda ou de direita.

O livro está dividido em quatro capítulos, cada um correspondendo a um dos ídolos, ou “demônios”, de Francis Bacon, usados pelo autor como um referencial para dissecar as diferenças entre as três ideologias.

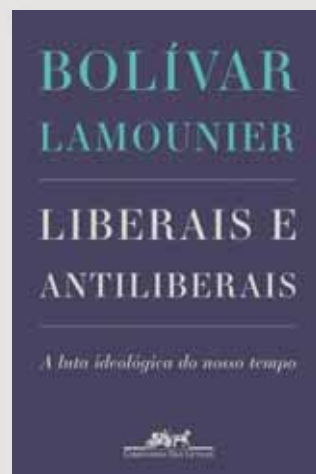
Ídolos da tribo – ou da raça – humana são as paixões, temores ou preconceitos a que todos são vulneráveis. Ídolos da caverna têm a ver com a distinção entre aparência e realidade, que remonta a Platão; são demônios que dificultam o acesso ao conhecimento verdadeiro e induzem os leitores a crer em impressões iniciais, sem maior exame. Ídolos do teatro são demônios que nos enganam, levando-nos a reverenciar excessivamente determinados autores ou correntes de pensamento em função de seu prestígio, e não de um exame acurado do que propõem. Por último, os ídolos do mercado. Estes se aproveitam da discussão acalorada de ideias na vida pública para nos fazer escorregar nos conceitos, na formulação de hipóteses e teorias.

A teoria da liberdade de origem inglesa, de importância capital no nascimento do liberalismo, vai de Hobbes e Locke a Bentham e Mill, vê a liberdade como ausência de coerção, ou ausência de obstáculos externos.

A vertente francesa, de Montesquieu, é marcada pela influência de Rousseau, que também era, sob vários aspectos, um individualista – apesar de sua crítica conhecida à propriedade privada. No entanto, precursor do romantismo, ele colocava a “liberdade política” bem acima da “autonomia civil”.

Finalmente, existe a vertente alemã, com destaque para Humboldt e Kant, preocupada com “a formação da personalidade e aperfeiçoamento pessoal”. Os alemães valorizavam, muito além da liberdade política francesa e da liberdade de coerção inglesa, o “desdobramento do potencial humano”, voltando-se para a independência e a “realização pessoal”.

**O liberalismo político é a filosofia subjacente à democracia representativa, que se contrapõe a ditaduras de esquerda ou de direita**



## LIBERAIS E ANTILIBERAIS

**Autor:** Bolívar Lamounier

**Páginas:** 152

**Formato:** 14cm x 21cm

**Editora:** Companhia das Letras

**Preço:** R\$ 39,90

# A atuação das empresas na era do talentismo

Por Wellington Rodgério\*

No atual cenário em que vivemos, com crise financeira em diversos países, catástrofes ambientais e diferenças sociais, engana-se quem acredita que esses problemas são exclusivos dos governantes. Está mais do que na hora de todos enxergarem que já ultrapassamos há tempos a era em que as iniciativas privadas não prestavam atenção nessas questões. E mais: as empresas que não discutem e não se preocupam com os problemas do mundo ao seu redor estão fadadas ao fracasso.

As companhias que pensam somente em gerar lucros têm de se reinventar. É preciso enxergar que empresas são agentes de mudanças, que também possuem um real compromisso com a sociedade, devem participar ativamente, extrapolar as exigências do capitalismo e ter um reposicionamento de comportamento empresarial.

A mudança de paradigma do sistema que vivemos está em um termo conhecido como "talentismo" – ou seja, no fato de pensar no conjunto da obra, e não apenas na organização em si. A finalidade desse novo

Foto: Flavio Santana/Grupo Image



conceito é a capacidade de inovar e circular ideias por meio do talento, da educação e do empreendedorismo, sempre com uma visão clara de compromisso junto à sociedade, ao meio ambiente e às causas sociais que envolvem a realidade do seu entorno, seja na cidade ou no país todo. Isso significa um reposicionamento do comportamento empresarial.

Para compreender um pouco melhor, o Fórum Econômico Mundial reúne anualmente chefes de governo, representantes empresariais, de bancos, entre outros executivos, com o intuito de debater temas presentes e propor caminhos para o futuro. Porém, é claro, nada adiantará se essas questões não saírem do papel.

Além de colocarem as iniciativas em prática, as organizações precisam seguir os "Dez Objetivos do Pacto Global", iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborada sobre os pilares dos direitos humanos, princípios e direitos fundamentais no trabalho, respeito e preservação do meio ambiente e o combate à corrupção. A missão do Pacto Global é engajar as empresas para que aceitem as metas propostas, apoiem e busquem alcançá-las dentro de suas dependências e também nas esferas de influência.

O "talentismo" nada mais é que a valorização de uma empresa ao seu capital humano, seja ele parte da equipe de colaboradores, da carteira de clientes ou da comunidade que, de alguma forma, participa de sua atuação. Toda companhia que atua no cenário moderno do capitalismo precisa estar de acordo com esse conceito e perceber que as pessoas são mais importantes que o dinheiro.

*\*Diretor financeiro do Grupo Sabará, empresa especializada no desenvolvimento de tecnologias*



## Vantagens



CERTIFICADO DE  
**ORIGEM CACB**

### **Na hora de exportar, conte com a representatividade e credibilidade da CACB**

Procure a Associação Comercial e  
Empresarial da sua cidade.

✉ Contato via e-mail: [eco@cacb.org.br](mailto:eco@cacb.org.br)

- ✓ Agilidade no processo de análise e emissão.
- ✓ Gestão financeira e relatórios gerenciais integrados ao sistema.
- ✓ Suporte técnico através de 0800.
- ✓ Sem despesas com manutenção e suporte.



[www.cacb.org.br/certificadodeorigem](http://www.cacb.org.br/certificadodeorigem)

**CACB**   
PROGERECS